



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua do Acre, 80 - sala 604 - Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 / 2282-8016

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 136/17

Proc. nº TRF2-EOF-2017/00149

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2016/304 de 14.09.2016, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, **do tipo menor preço**, realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Resoluções nº 169/2013 e 183/2013 do CNJ e Instrução Normativa 1/2016 do CJF, TRF2-PTP-2017/00110 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 11 de dezembro de 2017	Horário (de Brasília): 13h00
Local: www.comprasnet.gov.br	

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Planilha de Formação de Preços da Mão de Obra;
- Anexo III - Declaração de acordo com o artigo 3º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções 9 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;
- Anexo IV - Declaração conforme Res. nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça;
- Anexo V - Declaração de acordo com o inciso VI do artigo 2º da Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pelas Resoluções nº 9 e 229 de 22/06/2016 do CNJ;
- Anexo VI - MODELO DE DOCUMENTOS IN 001/2016 CJF;
- Anexo VII - Termo de Conciliação Judicial;
- Anexo **VIII - Modelo de Declaração de Contratos Firmados;**
- Anexo IX - Modelo Certificado de Vistoria;
- Anexo X - Minuta do Contrato Administrativo;



Código SIASG: 2801

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços especializados em operação e manutenção preditiva, preventiva e corretiva dos sistemas de refrigeração, nos seguintes equipamentos e instalações: aparelhos de ar condicionado central, bebedouros, geladeiras, desumidificadores de ar, exaustão mecânica, instalações eletromecânicas dos equipamentos tais como comandos, circuitos e automação, conjuntos moto-bombas de água gelada e de condensação, bem como de todos os serviços relacionados aos sistemas de refrigeração e exaustão do CCJF, compreendendo o fornecimento de todo o material de consumo e insumos necessários, a serem executados nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal, na Avenida Rio Branco, 241 - Centro - Rio de Janeiro - RJ**, conforme especificações técnicas descritas no Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

1.1 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente **credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do sítio www.comprasnet.gov.br**. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.

2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá manifestar, através de declaração virtual inserida em campo próprio do sistema Comprasnet, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.

2.4 - Não poderão participar deste Pregão:

2.4.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.4.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.4.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;

2.4.4- Empresas que estejam reunidas em consórcio;



- 2.4.5- As Sociedades Cooperativas de Mão de Obra, constituídas nos termos da Lei nº 5.764, de 16/02/71, tendo em vista o Termo de Conciliação Judicial firmado entre a União e o Ministério Público do Trabalho, constante **do Anexo VII deste Edital**;
- 2.4.6 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 2.4.7 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- 2.4.8 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 12.120/09, observada, também, a inclusão operada pela Lei Complementar 157/2016;
- 2.4.9 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.
- 2.4.10 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.
- 2.4.11 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.
- 2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.6 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.7 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.8 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, licitante Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP, optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de



tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, em decorrência de sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem os arts. 17, inciso XII, 30, inciso II, e 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.1- O licitante optante pelo Simples Nacional, que, porventura venha a ser contratado, após a assinatura do contrato, no prazo de 90 (noventa) dias, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção por tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.2 - Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio Tribunal Regional Federal da 2ª Região - TRF2, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

2.8.3 - A vedação de realizar cessão ou locação de mão de obra não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º-H, da mesma Lei Complementar, desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.comprasnet.gov.br. (art. 3º do Decreto 5450/05).

3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).

- 3.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.
- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente envio da proposta de preços, e quando for o caso, seus anexos, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **valor total anual - TOTAL PLANILHAS (ANEXO II + II.1 + II.2)** exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.
- 4.3 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - A indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I;
- 5.6 - **Preços mensal e anual** (12 meses), cotados em REAL, com apenas duas casas decimais, em algarismo e por extenso, em moeda nacional;



PLANILHA TOTALIZADORA DO VALOR DA PROPOSTA					
A) MÃO DE OBRA / SALÁRIO					
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇOS (R\$)		
			UNITÁRIO MENSAL	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
1	MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO (PLANTÃO 12 X 36 H)	02	R\$ 4.699,43	R\$ 9.398,85	R\$ 112.786,21
2	ELETROTÉCNICO	01	R\$ 7.579,79	R\$ 7.579,79	R\$ 90.957,51
3	AUXILIAR DE REFRIGERAÇÃO	02	R\$ 3.374,01	R\$ 6.748,02	R\$ 80.976,19
VALOR TOTAL ANUAL – MÃO DE OBRA					284.719,91
B) MATERIAIS E SERVIÇOS					
ITEM	DESPESAS	TOTAL MENSAL (R\$)		TOTAL ANUAL (R\$)	
1	MATERIAIS DE REPOSIÇÃO (ANEXO II.1)	3.903,25		46.839,00	
2	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PLANEJADOS (ANEXO II.2)	2.204,80		26.457,60	
VALOR TOTAL ANUAL - MATERIAIS E SERVIÇOS				73.296,60	
VALOR TOTAL ANUAL DO CONTRATO (A + B)				R\$ 358.016,51	

5.6.1 - Planilha detalhada da composição do custo e formação do preço final da categoria profissional (remuneração, encargos sociais, insumos e demais componentes), dos materiais de consumo, serviços especializados programados e de equipamentos (disponíveis para manutenção), conforme modelos de planilhas constantes dos Anexos II, II.1 e II.2 deste edital;

5.6.2 - Os salários normativos, bem como os benefícios vigentes utilizados como base para preenchimento da Proposta Comercial, na data prevista para a abertura da licitação, deverão atender ao Acordo Coletivo de Trabalho firmado pelo sindicato - SINTRAINDISTAL/ 2017/2018 do Estado do Rio de Janeiro, reconhecida pelo Ministério do Trabalho, devidamente homologada;

5.6.3 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes aos serviços deverão estar incluídas no preço proposto;

- 5.6.4 - Os percentuais encontrados na planilha de formação de preços deverão ser preenchidos nos termos da legislação pertinente;
- 5.6.5 – **O valor da hora extra** dos profissionais que compõem o efetivo.
- 5.6.5.1 - Os valores de hora extra, não integram as Planilhas de Formação de Preços.
- 5.6.5.2 – O licitante vencedor deverá apresentar junto com a proposta a **memória de cálculo** das horas-extras.
- 5.6.6 - No preenchimento das planilhas, as empresas optantes pelo SIMPLES não poderão beneficiar-se da condição de optante, devendo preencher as planilhas sem considerar o tratamento tributário diferenciado;
- 5.6.7 – **Cópia do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho utilizado como base para formulação da proposta.**
- 5.6.8- **O valor da remuneração dos empregados terceirizados não poderá ser inferior ao previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho, ou ainda, se for o caso, ao fixado pela Administração.**
- 5.6.9 - **Os preços dos custos de vale-alimentação e de vale-transporte dos empregados terceirizados.**
- 5.6.9.1 - **O pagamento de vale-alimentação e de vale-transporte será obrigatório, ainda que não esteja previsto em acordo ou convenção coletiva de trabalho.**
- 5.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da abertura da sessão deste pregão eletrônico;
- 5.8 - **Prazo de vigência do contrato**: 12 (*doze*) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da lei nº 8.666/93;
- 5.9 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos **subitens 5.7 e 5.8**, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.
- 5.10 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682, ou do e-mail cpl@trf2.jus.br.
- 5.10.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.



- 5.11 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.
- 5.12 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.
- 5.13 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.
- 5.14 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou que não atenderem às exigências deste Pregão.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

- 6.1 - Os preços deverão ser cotados em reais, com apenas duas casas decimais;
- 6.2 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 6.3 - O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TRF2ª Região ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 6.4 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 6.5 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 6.6 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF2ª Região.
- 6.7 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado pela Administração ou com preços manifestamente inexequíveis.
 - 6.7.1 - Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

6.7.2 - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, para efeito de comprovação de sua exequibilidade.

6.7.3 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis.

6.7.4 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.7.5 - Preço máximo unitário por posto, conforme modelos de planilhas constantes dos Anexos.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.

7.1.1 - As licitantes deverão enviar proposta através do sistema eletrônico para o **VALOR TOTAL ANUAL - TOTAL DAS PLANILHAS (ANEXO II + II.1 + II.2)** do objeto desta licitação, sob pena de desclassificação da mesma.

7.1.2 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.

7.3 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles ofertado e registrado no sistema.

7.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.5 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 min (*trinta minutos*), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.5.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.



7.5.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.6 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.6.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação às participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.jus.br.

7.7 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL - TOTAL DAS PLANILHAS (ANEXO II + II.1 + II.2)**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;

8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.
- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL - TOTAL PLANILHAS (ANEXO II + II.1 +II.2)**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes **atender** às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação **do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:**

- a) SICAF;**
- b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;**
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.**

- 9.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº8429/92.**



9.1.2 - Constatada existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual.

9.2.2 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.3 - DA DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

9.3.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014), alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1821/2014.

9.3.3 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

9.3.7 - A consulta on line deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.8 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via e-mail, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.

9.3.9 - O registro regular e atualizado no SICAF, supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.6.

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.

- 9.4.2 - DECLARAÇÃO da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;
- 9.4.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- 9.4.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
- 9.4.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.

9.5 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado emitido por pessoa jurídica, devidamente registrado no CREA, que ateste que a licitante esteja prestando ou tenha prestado serviços de **operação e manutenção de sistema de refrigeração central chiller, com resfriamento à água, com controle de capacidade contínuo, microprocessado ou variador de frequência, similares de complexidade operacional equivalente ou superior aos do objeto da presente licitação.**

- 9.5.2 - Certidão de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - **CREA**, comprovando registro da licitante o seu quadro de responsáveis técnicos:"

9.5.2.1 - **Indicação do responsável técnico**, dentre os arrolados na certidão de que trata o subitem anterior, que será o detentor de ART por todos os serviços a serem desenvolvidos.

- 9.5.3 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro da empresa, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio do contrato/estatuto social, o administrador ou diretor, o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social, o prestador de serviços com contrato escrito firmado com a licitante e o profissional detentor de declaração de contratação futura emitida pela licitante, acompanhada de sua anuência.



- 9.5.4 - Comprovação de, no mínimo, 3 (três) anos de experiência na execução de serviços semelhantes ao objeto da licitação, comprovados por meio de atestados ou declarações de capacidade técnica, cópias de contratos, registros em órgãos oficiais, ou outros documentos idôneos.
- 9.5.5 - Apresentação de um ou mais atestados ou declarações de capacidade técnica expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que gerenciou ou gerencia contratos em atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação de, no mínimo, 20 (vinte) empregados terceirizados no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificada no seu contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil (RFB). Decisão TCU 1214-17.
- 9.5.6 - Será aceito o somatório de atestados para comprovar a qualificação técnico-operacional.
- 9.5.6.1 - Somente poderão ser aceitos atestados de capacidade técnica expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser prestado em prazo inferior.
- 9.5.7- O registro do licitante no módulo "Qualificação Técnica" do SICAF, nos termos da Instrução Normativa SLTI nº 02, de 11/10/2010, supre a exigência de registro ou inscrição na entidade competente de que trata o inciso I do art. 30 da Lei nº8.666, de 1993.
- 9.5.8 - A Administração do TRF2 poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas, na Sede ou na filial do licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas pelo licitante.

9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 9.6.1 - Balanço Patrimonial do exercício social exigível na forma da lei e regulamentos na data de realização da licitação, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da sessão pública de abertura do processo licitatório;
- 9.6.2 - Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social exigível, apresentado na forma da lei;
- 9.6.3 - Relação de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data da sessão pública de abertura do

procedimento licitatório, contendo o nome do contratante, do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), a data de assinatura do contrato, a vigência e o valor anual do contrato, ou, se o contrato tiver sido assinado com vigência inferior a 12 (doze) meses, o valor total do contrato. Conforme ANEXO VIII.

9.6.4 - O valor total da relação de contratos de que trata o item 9.6.3, que apresentar divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação ao valor da receita bruta apresentado na DRE, deverá estar acompanhado das devidas justificativas a respeito da divergência.

9.6.5 - A Administração do TRF2 fixará prazo para apresentação das justificativas de que trata o item 9.6.4, quando não forem entregues concomitantemente à documentação exigida no processo licitatório.

9.6.6 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9.6.7 - Os documentos exigidos nos subitens 9.6.1 a 9.6.6 deverão comprovar:

9.6.7.1- Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

9.6.7.1.1 - A comprovação dos índices contábeis pode ser substituída pelos registros pertinentes no SICAF.

9.6.7.2- Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (CG) (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor anual estimado para a contratação; Decisão TCU 1214-17-13.

9.6.7.3- Patrimônio Líquido (PL) igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

9.6.7.4- que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura do processo licitatório, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante;

9.7 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.



- 9.8 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.
- 9.9 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, as microempresas e empresas de pequeno porte terão prazo adicional de 5 (*cinco*) dias úteis, **contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, para a regularização da documentação**, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.10- A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.9 implicará inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.
- 9.11 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282 - 8016 ou para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.11.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº 136/017.

10 - DA VISTORIA

- 10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes.
- 10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão;
- 10.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas, e poderão ser agendadas pelo telefone (21) 3261-2562;
- 10.4 - O endereço do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF é Avenida Rio Branco, nº 241, Centro, Rio de Janeiro/RJ.
- 10.5 - **O atestado de vistoria constante do Anexo IX** deverá ser preenchido com os dados da empresa e impresso em duas vias, que deverão ser levadas no dia e horário da visita técnica.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	PTRES	Despesa total anual Estimada R\$653.515,50
02.061.0569.4257.6013	33.90.37.04 – manutenção de bens	107.765	284.719,91
02.061.0569.4257.6013	33.90.30.24- material para manutenção	107.765	73.296,60

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na “homepage” do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento”, e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones/FAX de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.
- 12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 12.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 12.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.



13 - DOS RECURSOS

- 13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à **Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, na Rua Dom Gerardo nº 46, 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.**
- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.



- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer a comprovação referida no subitem 14.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a prestar os serviços e a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 14.6 - Após o prazo de vigência inicial, o Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, por meio de aditamento, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que preenchidos, cumulativamente, a cada prorrogação, os seguintes requisitos:
- I - os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - II - a Contratada não tenha sofrido punição de natureza pecuniária por mais de 3 (três) vezes no TRF2, a cada período de vigência do contrato;
 - III - a Administração do TRF2 tenha interesse na continuidade dos serviços;
 - IV - o valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração do TRF2;
 - V - a Contratada concorde com a prorrogação.

§ 1º A vantajosidade econômica para a prorrogação de contratos de serviços terceirizados de natureza continuada, de que trata o inciso IV do item 14.6, estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de preços, quando:

- a) houver previsão contratual de que as repactuações dos itens envolvendo a folha de salários serão efetuadas com base em convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou lei, previamente definidos no edital;
- b) houver previsão contratual de que os reajustes dos itens envolvendo insumos, materiais e equipamentos serão efetuados com base em índices oficiais de preços, previamente definidos no edital;



14.7 - **GARANTIA CONTRATUAL:** Para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região exigirá da empresa Contratada a prestação de garantia, na modalidade pela qual a Contratada optar, de acordo com o artigo 56, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, no valor equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global do contrato a ser firmado.

14.7.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.7.2 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- 14.7.2.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- 14.7.2.2. Multas punitivas aplicadas pela FISCALIZAÇÃO à CONTRATADA;
- 14.7.2.3. Prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 14.7.2.4 - Obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

14.7.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia ou para a atualização de seu valor decorrente de aditivo contratual, acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

14.7.4 - O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

14.7.4.1 - O bloqueio efetuado com base no **item 14.7.4** não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à CONTRATADA;

14.7.4.2 - A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base no **item 14.7.4** desta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.7.4.3. - O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à CONTRATADA.

14.7.5- O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo TRF2 com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

14.7.6. Será considerada extinta a garantia:

14.7.6.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.7.6.2. Com a extinção do contrato.

14.7.7. Isenção de responsabilidade da garantia:

14.7.7.1. O TRF2 não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

14.7.7.1.1. Caso fortuito ou força maior;

14.7.7.1.2. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;

14.7.7.1.3. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.7.7.1.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.

14.7.7.2. Caberá à própria Administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens 14.7.7.1.3 e 14.7.7.1.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo TRF2.

14.8 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 09 de 06.12.2005 do Conselho Nacional de Justiça.

14.8.1 – A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, por todos os empregados da empresa alocados na prestação dos serviços, da Declaração constante do Anexo III do presente Edital;

14.9 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução nº 7, alterada pela Resolução nº 229 de 22.06.2016 do Conselho Nacional de Justiça.



14.9.1 - A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento pela Contratada da Declaração, conforme modelo constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico nº 107/2017, a qual deverá ser entregue antes do início dos serviços.

14.10 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que **tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia**, pessoas que **incidam na vedação dos arts. 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012** do Conselho Nacional de Justiça.

14.10.1 – A comprovação de que trata o item anterior será feita mediante o preenchimento pela Contratada da Declaração, conforme modelo constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico nº 107/2017, a qual deverá ser entregue antes do início dos serviços objeto deste edital;

14.10.1.1 – O prazo para apresentação das Certidões acima mencionadas será de, no máximo, 30 (trinta) dias a contar do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente licitação será recebido mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, da seguinte forma:

- 15.1 - **Provisoriamente** - imediatamente após a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital;
- 15.2 - **Definitivamente** - no prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais;
- 15.3 - Os termos serão emitidos pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, designado na forma estabelecida no subitem 15.6 deste edital, o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, após comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos;
- 15.4 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;
- 15.5 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;



15.6 - Após a assinatura do contrato, o TRF-2ªRG designará servidor para exercer o acompanhamento e fiscalização do contrato.

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, discriminativo dos serviços prestados e materiais efetivamente consumidos, devidamente atestado pelo(s) gestor(es) responsável(eis) pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto;

16.1.1 - Todos os materiais e componentes deverão ser fornecidos pela Contratada, aos preços por ela propostos, nos termos deste Contrato, os quais serão medidos pelos quantitativos efetivamente gastos e pagos pelo Contratante mensalmente.

16.1.1.1 - A Contratada apresentará documentos fiscais, discriminando preço e quantidade de todos os materiais utilizados mensalmente, acompanhados de relação contendo os nomes dos produtos, marcas, quantidades, volumes, pesos etc..

16.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

16.1.2.1 - Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA estarão sujeitos, no que couber, às retenções na fonte nos seguintes termos:

16.1.2.1.1 - do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, da contribuição para seguridade social - COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, conforme determina o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27/12/1996 e alterações;

16.1.2.1.2 - da contribuição previdenciária ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, correspondente a 11% (onze por cento), na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações;

16.1.2.1.3 - do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, c/c a legislação Distrital ou municipal pertinente.

16.1.3 - Para fins do disposto no item 16.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária;



16.2 - **O documento fiscal deverá ser entregue no Centro Cultural Justiça Federal, localizado na Avenida Rio Branco, nº 241 - Cinelândia - Rio de Janeiro/RJ**, no horário das 12:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, em 02 (duas) vias, acompanhado das seguintes peças:

16.2.1 - **O relatório mensal de que trata o subitem 5.2.16 do Termo de Referência Anexo I.**

16.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da empresa contratada que estejam prestando serviços nas dependências do **Centro Cultural Justiça Federal**;

16.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados à disposição do Contratante;

16.2.3 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

16.2.4 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP;

16.2.5 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

16.2.6 - Comprovantes de auxílio-alimentação dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal;

16.2.7 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;

16.2.8 - A folha de pagamento, bem como os cartões de ponto, terão com período correspondente à prestação dos serviços o mês comercial (dia ao último dia do mês) excetuado-se as folhas do primeiro e último mês de execução contratual onde será considerado o período pro rata;

16.2.9 - Demonstrativo do cálculo utilizado (memória de cálculo) para fins de determinação do valor devido aos serviços emergenciais de caráter corretivos executados fora do horário normal do expediente, prestados no mês de referência do documento fiscal.

16.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Edital e no Contrato;

16.4 – O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 16.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

16.5- As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

16.6 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

16.6.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 16.6, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

16.7 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU).

16.7.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.

16.8 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

16.8.1 - Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

16.8.1.1 - Férias;

16.8.1.2 - 1/3 constitucional;

16.8.1.3 - 13º Salário;

16.8.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

16.8.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

16.8.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013 e 183/2013-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 4.1 da IN 02/2008 – MPOG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36



Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013 e 183/2013-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 4.1 da IN 02/2008 – MPOG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.: (*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) – Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da Resolução CNJ n. 169/2013.

16.8.3 - Os valores das rubricas indicadas no item 16.8.1 serão glosados do valor mensal do contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

16.8.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

16.8.4 – Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade, e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

16.8.5 – A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados, da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

16.8.6 – Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o subitem **20.5** do presente Edital.

16.8.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

16.8.8 – A contratada poderá:

I - solicitar, durante a execução do contrato, autorização do Contratante para resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no item 16.8.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do CCJF, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este ultimo acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências dos órgãos, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

§ 1º Nas hipóteses do inciso II, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de dez dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.



§ 2º Após a comprovação indicada no parágrafo anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

16.8.9 - O pedido da empresa deverá conter, além dos documentos citados no art.12 da IN 2016/0001 do CJF, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram retidas para cada empregado durante a vigência do contrato.

16.8.10 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - previsto no item anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no item 16.8.1.

16.8.11 - O Contratante expedirá autorização de que trata o item 16.8.8, I, depois de confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

16.8.12 - Todos os termos da Resolução nº 169 de 31.01.2013 do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução nº183/2013, de 24/10/2013, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

17 – DA REPACTUAÇÃO

17.1 – É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses.

17.1.1 - O interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado:

17.1.1.1 - Os preços da mão de obra, a partir da data do Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho ou sentença normativa vigente à época da data limite para apresentação da proposta.

a) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

b) Inexistindo convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, a repactuação dos preços da mão de obra terá como base a pesquisa de preços realizada na mesma fonte utilizada para a fixação da remuneração inicial, devendo ser observados os mesmos critérios fixados quando da elaboração da estimativa de preços.

c) No caso da alínea anterior, inexistindo a mesma fonte utilizada para elaboração do orçamento inicial, poderá ser utilizada nova fonte, desde que devidamente justificado.

17.1.1.2 - No caso dos preços de insumos, materiais e equipamentos, a partir da data limite para apresentação da proposta.

17.1.1.2.1 - Os preços dos de insumos, materiais e equipamentos, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, serão reajustados a partir da data limite para apresentação da proposta, de acordo com a variação do IPCA/IBGE, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar.

17.1.1.3- Os preços de insumos decorrentes de convenção, acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou definidos pelo poder público serão reajustados com base nos respectivos instrumentos legais, na mesma data que ocorrer a repactuação da mão de obra.

17.1.1.4 - Os insumos, materiais e equipamentos serão reajustados simultaneamente com a mão de obra quando decorrido, no mínimo, o interregno de 12 (doze) meses previsto no subitem 17.1.1.2.

17.1.1.5 - Quando o interregno mínimo de 12 (doze) meses previsto no item 17.1.1.4 não tiver sido cumprido, serão repactuados exclusivamente os custos vinculados à mão de obra.

17.2 - Os reajustamentos de preços serão precedidos de solicitação da contratada, e acompanhados de:

I - no caso das repactuações:

a) documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado de cada um dos itens da planilha a serem alterados, quando for o caso;

b) novo acordo ou convenção coletiva de trabalho, sentença normativa ou lei, que fundamentam o pedido de repactuação;

c) demonstração da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas analíticas de composição de custos e formação de preços;

d) documentos que comprovem que a contratada já arca com os custos decorrentes das disposições do novo acordo ou convenção coletiva.

II - no caso de reajustes, dos índices oficiais de preços previstos no Contrato.

17.3 - É vedada a inclusão, por ocasião dos reajustamentos, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal.

17.4 - Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajustamento de preços e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.



17.5- Os reajustamentos de preços produzirão efeitos financeiros:

17.5.1 -No caso de reajustes, a partir da implementação do direito da Contratada, conforme fixado no edital e no contrato, tendo por referência a data limite de apresentação da proposta ou do orçamento a que a proposta se referir, conforme fixado em edital;

17.5.2 - No caso da repactuação, a partir da data prevista no acordo, ou na convenção coletiva de trabalho ou na sentença normativa ou lei, motivadores do pedido de repactuação.

17.6 - Os reajustamentos subsequentes ao primeiro produzirão efeitos financeiros 12 (doze) meses a contar da data de início dos efeitos financeiros da última repactuação ou reajuste ocorridos.

17.7 - Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da Contratada.

18 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

18.1.1 - Caberá à Contratada efetuar o registro do Contrato no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com base na Lei nº 6.496, de 07.12.77, bem como providenciar, junto ao CREA, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), recolhendo a respectiva taxa. O responsável técnico constante da referida ART deverá acompanhar os serviços, na medida necessária à garantia da qualidade e ao cumprimento do prazo contratual.

18.1.2 - O A Anotação de Responsabilidade Técnica, mencionada no item anterior, deverá ser apresentada antes do início dos serviços;

18.1.3 Caso seja necessária a substituição do responsável técnico mencionado no **item 18.1.1** durante a vigência do Contrato, a Contratada deverá comunicar imediatamente o fato ao Contratante, por escrito, bem como providenciar a apresentação de nova ART.

18.1.1 - Os níveis de segurança e higiene a serem providenciados pela Contratada aos usuários das instalações do Centro Cultural Justiça Federal serão, no mínimo, os determinados pelo Departamento Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho, do Ministério do Trabalho.

18.2 - PROGRAMAÇÃO DOS SERVIÇOS

18.2.1 - Os serviços a serem realizados fora do horário normal de expediente (horários extraordinários) devem ser previamente comunicados ao Contratante, que poderá autorizar ou não a sua execução, em face da necessidade da verificação de prioridades e interesses do mesmo;

18.2.2 - O planejamento dos serviços deve levar em consideração as disponibilidades operacionais, de forma a não interferir com a normalidade de funcionamento do prédio.

18.2.3 - Os serviços que por sua natureza e que segundo entendimento da fiscalização, venham a interferir com a normalidade do funcionamento ou da rotina do CCJF, deverão ser realizados em horário alternativo.

18.2.4 - O horário alternativo, mencionado no item anterior, corresponde ao período compreendido entre 19:00 e 10:00 horas do dia seguinte, das segundas às sextas-feiras, exceto feriados. Os serviços de manutenção que sejam executados pela mão de obra alocada no CCJF, e necessitem trabalhar fora do horário previsto no Contrato, terão as horas extras compensadas por banco de horas. Deverá ser considerada a possibilidade da execução dos serviços discriminados na Planilha de Serviços Especializados Programados, constante do Anexo II do Contrato, durante o horário alternativo acima mencionado, sem custo adicional para o Contratante;

18.2.5 - O Contratante deverá, observada a legislação vigente, optar pelo sistema de compensação de horas, para os funcionários que executaram tarefas fora do horário normal de funcionamento do CCJF, ou adequar provisoriamente a jornada de trabalho, de forma que suas necessidades sejam atendidas sem prejuízos para a execução dos serviços contratados.

18.2.6 - A Contratada deverá apresentar à fiscalização, até as 14:00 horas do dia útil imediatamente anterior à ocorrência, a relação dos empregados envolvidos na realização de serviços em horário alternativo, especificado no subitem 18.2.4, para fins, para fins de análise e deliberação.

18.2.7 - A Contratada deverá prever um formulário intitulado Ordem de Serviço(O.S), já mencionado anteriormente, para o registro das intervenções técnicas, corretivas ou preventivas, onde deverão constar o tempo perdido devido à manutenção (início / fim), descrição da ocorrência (efeito, causa, ação), tipo de ocorrência (elétrica, mecânica, etc), avaliação da satisfação do usuário (plenamente, parcialmente; resserviço /não atendido; no prazo sim/não); nome do solicitante, encarregado; discriminando materiais e peças substituídas, devendo ser entregue uma via ao setor competente do Contratante;

18.2.8 - Conforme já mencionado no item **5.2.2 deste Termo de Referencia**, a execução de quaisquer serviços de manutenção corretiva, e / ou substituição de peças ou equipamentos, a Contratada deverá anotar a ocorrência no Livro Diário / Relatório de Avaria, bem como registrar na Ordem de Serviço (O.S.), apresentando cópia da mesma à fiscalização, com a maior celeridade possível, após a constatação do defeito.

18.2.9 - No Livro Diário / Relatório de Avaria, mencionado no item anterior, deverá também constar o diagnóstico do defeito, discriminando a causa, os materiais, peças e serviços necessários, bem como o cronograma de execução dos serviços, com a estimativa de tempo de interrupção do funcionamento dos sistemas e/ou equipamentos, se for o caso;

18.2.10- No Livro Diário deverão ainda ser detalhadamente discriminadas todas as peças e / ou equipamentos que forem substituídos, incluindo referência, modelo, fabricante etc;



18.2.11 - As informações contidas nas O.S's deverão ser transportadas para o relatório técnico mensal, o qual será condição *sine qua non* para viabilizar o atesto do documento fiscal.

18.3 - SERVIÇOS

18.3.1 - A execução de quaisquer serviços e a substituição de peças ou equipamentos deverão ser efetuadas imediatamente, consoante especificado no **item 18.2**, devendo ainda os materiais fornecidos serem novos, de 1ª linha, originais e em conformidade com as normas técnicas e indicações dos fabricantes e utilizando as planilhas de custos anexas ao Contrato.

18.3.2 - Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva discriminados no Contrato, sendo ainda responsável pela montagem e fixação, junto aos equipamentos, de uma pasta contendo a documentação técnica atualizada e ficha emitida pela Contratada com o histórico de intervenções.

18.3.3- A Contratada não poderá executar reprogramações sucessivas que sobreponham períodos de manutenção preventiva, descritas no plano mestre de manutenção preventiva(Plano de Manutenção Preventiva) **item 18.3.17** deste Termo de Referência, estabelecendo um prazo limite que deverá ser informado através dos campos na emissão de cada ordem de serviço (O.S).

18.3.4 - O descumprimento pela Contratada dos itens **18.3.2 e 18.3.3** impedirá o atesto do documento fiscal, até que seja efetivamente concluída a manutenção preventiva.

18.3.5 - Inspeccionar diariamente os equipamentos e/ou instalações, visando ao seu pleno funcionamento, efetuando quaisquer serviços e substituições de peças e/ou equipamentos, em tempo hábil.

18.3.6 - Manter uma oficina necessária para a realização dos serviços de manutenção compreendidos nas especificações deste contrato, ressaltando que todos os motores elétricos, existentes nas instalações do sistema de refrigeração do Centro Cultural Justiça Federal - CCJF, serão mantidos conforme **Planilha de Serviços Especializados Programados (Anexo III)**

18.3.7 - Apresentar ao Contratante, quando da entrega do Plano de Manutenção Preventiva, a listagem de todo ferramental e instrumental portátil permanente necessário para a execução dos serviços a serem prestados cuja responsabilidade será da Contratada, não isentando a possibilidade de serem necessários outros equipamentos.

18.3.8 - Fornecer todo o ferramental e instrumental, portátil ou não, inclusive andaimes em geral, máquinas especiais para furação, escadas etc, quando for o caso, necessário ao perfeito atendimento dos serviços de manutenção ou criação de novos espaços, tendo como base a **Planilha de Preços de Equipamentos (Anexo II.6)**.

18.3.9 - A Contratada deverá fornecer e conservar permanentemente em condições de uso o ferramental necessário à execução dos serviços de manutenção, cabendo ainda à Contratada providenciar o transporte de pessoal, equipamentos ou ferramentas, estada de pessoal, relacionados direta ou indiretamente com a prestação dos serviços objeto do Contrato.

18.3.10 - O ferramental e os equipamentos básicos a que se refere o item anterior, estão listados no **Anexo II.6.**

18.3.11 - No caso de transporte de aparelhos para serem reparados em outro local, bem como o envio de materiais e de aparelhos para substituir provisoriamente os danificados, estes custos farão parte do serviço orçado na **Planilha de Serviços no Anexo II.3;**

18.3.12 - Os engenheiros responsáveis da Contratada deverão estar disponíveis, sempre que necessário ou solicitado pelo Contratante, seja para emitir pareceres técnicos, para esclarecer dúvidas, ou ainda nos casos de urgência, sendo também fornecido ao Contratante o número de um telefone celular de um dos engenheiros.

18.3.13- Fornecer e manter nas dependências do CCJF 05 (cinco) aparelhos de rádio transmissor e receptor, tipo HT com baterias recarregáveis e acessórios (fones de ouvido, carregador das baterias etc), devendo, quando necessário, repor todas as peças que apresentem defeitos, inclusive fones de ouvido e/ou quaisquer acessórios, orçados no custo dos equipamentos na **Planilha de Preços de Equipamentos Anexo II.6.**

18.3.14- Todos os procedimentos legais exigidos pelos órgãos públicos, tais como renovações de licenças dos rádios transceptores, serão providenciados e de responsabilidade da Contratada.

18.3.15 - A Contratada deverá apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, um Laudo das Instalações Elétricas e Mecânicas dos equipamentos a serem mantidos o qual servirá de base para o Plano de Manutenção Preventiva.

18.3.16- A Contratada deverá apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, e baseado no Laudo das Instalações Elétricas e Mecânicas dos equipamentos, um planejamento de intervenção corretiva que se fizer necessário intitulado "Plano de Ações de Manutenção Corretiva", que corrija os problemas permitindo o bom funcionamento do sistema, para avaliação preliminar, em programas compatíveis com o sistema operacional Windows.

18.3.17 - A Contratada também deverá apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, um plano mestre de manutenção preventiva, intitulado "Plano de Manutenção Preventiva", que atenda o objeto do Contrato, para avaliação preliminar, em programas compatíveis com o sistema operacional Windows, **consonante item 18.3.16.**

18.3.18 - O Plano de Manutenção Preventiva informatizado, mencionado no item



anterior, deverá conter, dentre outros, as seguintes descrições: equipamento, rotinas de manutenção, periodicidade do evento, profissional responsável pelo atendimento, estado do equipamento;

18.3.19 - O referido plano deverá ser emitido mensalmente com cópia para a fiscalização antes e após sua execução, devendo ainda ter flexibilidade tal que possibilite inclusão de procedimentos por parte do Contratante.

18.3.20- Apresentar relatórios mensais com a indicação de todos os serviços executados no período, da situação das diversas instalações e do levantamento das necessidades de manutenção, emitido pelo responsável técnico da Contratada.

18.3.21- Em caso de falha na manutenção que ocasione dano, a Contratada responsabilizar-se à pelo restante da garantia e pela manutenção do equipamento danificado.

18.3.22- O Contratante poderá, sempre que for necessário, solicitar ou exigir da Contratada pareceres ou laudos técnicos, relativos aos serviços contratados, os quais deverão ser elaborados e assinados pelo engenheiro responsável técnico da Contratada devidamente registrado no CREA, respeitando as especialidades.

18.3.23- A Contratada será responsável por manter em bom estado de conservação todas as instalações destinadas aos seus empregados; devendo estar previsto o fornecimento de todo o mobiliário e equipamentos necessários para a permanência de seus profissionais no posto de trabalho;

18.3.24- A Contratada fornecerá para sua equipe instalada no CCJF, uma impressora à laser, colorida, para A4, e um computador contendo a seguinte configuração mínima:

- HD de 1 TB / 7.200 RPM – padrão SATA;
- Drive de leitura de Blu-ray e gravação de DVD e CD-RW;
- Memória RAM de 16 Gb;
- Processador Core i7;
- Placa de vídeo dedicada (off-board) otimizada para trabalhar com AUTOCAD 2013 ou superior;
- Teclado padrão ABNT2 e mouse óptico com scroll;
- Conexões VGA e PS2, 03 USB 2.0 (02 frontais e 01 traseira) e leitor de cartões de múltiplos formatos.
- Fonte de alimentação bivolt – 500 W;
- Monitor LCD de 21 /21,5 ou 22 polegadas, bivolt;
- Com licenças dos softwares: Windows 7, 64 bits, Professional ou superior e Office 365 para Word e Excel (versões mínimas).

18.3.25 - A Contratada deverá providenciar material de expediente: canetas, papéis de

impressão A4, lápis, borrachas, pranchetas, blocos de anotações, agendas, blocos adesivos para recados, grampeadores, furadores de papel, clips e agendas, nos quantitativos necessários a execução diária dos serviços pela equipe.

18.3.26- A Contratada deverá providenciar o material de limpeza em quantitativo necessário para as suas atividades, o que inclui, minimamente, dentre outros itens: saco de lixo grande (200 litros), saco de lixo pequeno (40 litros), detergente líquido biodegradável, álcool gel, pasta para limpeza, esponja e papel toalha em bobina, água sanitária, veja, sabonete líquido, etc.

18.3.27- O quantitativo dos materiais listados nos itens **18.3.25 e 18.3.26 deverá** ser calculado pela empresa, usando a experiência da mesma, pois se trata de material de consumo do seu posto de trabalho, e deverá estar computado no item B-4 "Custo dos Materiais Operacionais" **da Planilha Totalizadora Anexo II.7;**

18.3.28- A Contratada deverá manter em situação empregatícia regular e legal os empregados que prestarão serviços nas dependências do Centro Cultural Justiça Federal. O Contratante se reserva o direito de exigir a sua comprovação sempre que julgar conveniente, ficando a Contratada obrigada a manter em dia todas as suas obrigações trabalhistas e **previdenciárias, previstas na CLT e na Lei da Previdência Social.**

18.3.29- A Contratada deverá obedecer rigorosamente às normas vigentes de segurança e medicina do trabalho, para todos os tipos de atividade, sendo responsável por quaisquer danos físicos ou pessoais decorrentes de acidentes ocasionados pela execução dos serviços objeto do Contrato.

18.3.30 - A Contratada deverá fornecer crachás de identificação, contendo os dados pessoais do empregado, fotografia recente e função, de uso obrigatório nas dependências do CCJF.

18.3.31 - A Contratada fará o controle da frequência e dos horários de entrada e saída dos funcionários, utilizando sistema de cartão de ponto ou outro sistema automatizado (não manual) que permita a imediata identificação, pelo contratante, dos funcionários que estão laborando no local, sem prejuízo do acompanhamento pela fiscalização do Contratante.

18.3.32- No caso da falta de algum funcionário, a Contratada deverá comunicar ao Contratante, e providenciar a sua substituição em, no máximo 03 (três) horas, por funcionário de mesma qualificação profissional, sob pena de desconto do valor correspondente às faltas, nos documentos fiscais mensais a serem pagos à Contratada.

18.3.33- A Contratada fornecerá, obrigatoriamente, a todos os seus empregados, um talonário de vale-alimentação, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias de trabalho daquele funcionário no mês em que serão utilizados, com valor facial determinado pela Convenção Coletiva de Trabalho a que estiverem vinculados, **conforme item 18.3.71** deste Termo de Referência.



18.3.34 - A Contratada se obriga a fornecer vale-transporte no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados. O vale-transporte será fornecido em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência x trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87);

18.3.35 - A Contratada deverá encaminhar, mensalmente, cópia do recibo referente à entrega dos vales-alimentação e dos vales-transporte, com as respectivas assinaturas dos funcionários.

18.3.36 - O Contratante se reserva o direito de exigir a substituição de empregados faltosos ou que causem embaraços ou transtornos ao serviço.

18.3.37 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviço ao Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre, única e exclusivamente, perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados ao Contratante ou a terceiros por seus empregados, durante e em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

18.3.38 - A remuneração mínima dos empregados da Contratada deverá obedecer ao estipulado pelo Sindicato da categoria no Rio de Janeiro, **conforme item 18.3.71** deste Termo de Referência.

18.3.39- A Contratada observará e cumprirá a melhor técnica para todos os serviços que executar, orientando-se pelas normas técnicas da ABNT, rotinas do fabricante, Portarias, Resoluções do Ministério da Saúde, CONFEA, CREA e outras entidades.

18.3.40 -A Contratada deverá agendar previamente junto ao Contratante, sempre que necessário, e por tratar-se de prédio tombado, a realização de reparos em paredes, pisos e forros, ressaltando que a mesma somente poderá executar os serviços mencionados mediante expressa autorização do Contratante.

18.3.41 -A Contratada deverá manter equipes de manutenção, com as composições e áreas de atuação indicadas na tabela a seguir:

PROFISSIONAL	QUANTIDADE
Mecânico de Refrigeração (*)	02
Eletrotécnico	01
Auxiliar de refrigeração (*)	02
Total	05

18.3.42 - Os profissionais assinalados com asterisco (*), discriminados no item anterior, deverão ser mantidos em plantão de 12 x 36 h , compreendendo o período das 09:00 às 21:00 horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

18.3.43 -Serão formadas 02 (duas) frentes de trabalho (A e B), cada uma com a seguinte composição: 01 (um) Mecânico de Refrigeração e 01 (um) Auxiliar de Refrigeração, as quais se alternarão nos períodos do plantão.

18.3.44 -O Eletrotécnico deverá trabalhar 09:00 h / dia, incluída a hora de almoço, de segunda à sexta compreendendo o período de 08:00hs às 17:00hs;

18.3.45 -A Contratada deverá manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.

18.3.46 -A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferir direta ou indiretamente, nas atividades do CCJF.

18.3.47 - Caso a contratada venha a danificar (ou alterar) quaisquer pinturas, alvenarias, vitrais, esquadrias, metais, pisos, revestimentos em geral, lustres e luminárias, todos tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional, seja por ação direta (serviço executado pela empresa) ou por ação indireta (danos causados pela falta de manutenção, tal como ralos entupidos etc.) deverá a contratada restaurar o patrimônio danificado ao que era originalmente. Ressaltando-se que, para haver a perfeita restituição do patrimônio histórico danificado ao erário, conforme legislação vigente, é necessário realizar a restauração do bem ao seu estado original, para o que será necessário a aprovação do projeto junto aos Órgãos Municipal, Estadual e Federal, onde constam os processos de tombamento do CCJF. A contratada poderá realizar diretamente a restauração, pelo que será fiscalizada pelos órgãos citados, devendo, portanto, utilizar-se de contratação de empresa/profissional especializados em restaurações, porém, poderá também ressarcir o Contratante do custo total da restauração.

18.3.48 - Designar formalmente o preposto, **antes do início dos serviços**, com capacidade gerencial para tomada de decisões relativas ao Contrato.

18.3.49 - Fornecer, **antes do início dos serviços**, cartões individuais de ponto, onde constarão o nome completo, função e horário de expediente de seus empregados, não sendo aceita a utilização de livro de ponto.

18.3.50 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

18.3.51 - Fornecer, diariamente, café da manhã aos empregados que fizerem jus, de acordo com a Lei Municipal 1.418, de 27 de junho de 1989.

18.3.52 - Manter atualizada a relação nominal dos seus empregados designados para a prestação dos serviços nas dependências do CCJF, na qual deverão constar: nome do empregado, função, endereço, telefones de contato, incluindo aparelhos móveis (celulares), datas de admissão na Contratada e de início de prestação dos serviços nas dependências do Contratante e ainda qualquer alteração em sua frequência, como atestados e faltas.



18.3.53- Fornecer todos os demais documentos relativos às alterações ocorridas no mês de referência como férias, contratação/dispensa de funcionários, atestados, faltas, etc;

18.3.54- Encaminhar ao Contratante, **antes do início dos serviços**, cópia das convenções, dissídios e acordos coletivos vigentes, atualizando-os à medida que novos sejam publicados.

18.3.55- A Contratada se obriga a fornecer uniformes, bem como substituir, de imediato, aqueles que não tiverem mais condições condizentes para utilização por parte de seus funcionários nas dependências do CCJF **conforme Lista de EPI e de Uniformes Anexos II.4 e II.5**.

18.3.56- Disponibilizar todas as peças de vestuário que constituirão os uniformes completos dos empregados alocados nas dependências do CCJF, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado a partir do 1º dia útil subsequente à data da assinatura do Contrato, sendo obrigatório o seu uso durante o horário de expediente de seus empregados.

18.3.57- Substituir de imediato as peças de uniforme, mencionadas no item anterior, que não estiverem condizentes para serem usadas nas dependências do CCJF, sendo o ônus dessa substituição de inteira responsabilidade da Contratada, e somente será realizada mediante a devolução, pelo empregado, das peças que estejam em mau estado.

18.3.58- Os quantitativos e as especificações dos uniformes a serem entregues pela Contratada às categorias profissionais estão discriminados a seguir:

18.3.59- Eletrotécnico: 03 (três) jalecos em tergal, 02 (duas) calças compridas tipo jeans e 02 (dois) pares de sapatos pretos;

18.3.60- Mecânico de Refrigeração: 03 (três) jalecos em brim de mangas curtas e bolsos frontais, 02 (duas) calças compridas tipo jeans e 02 (dois) pares de botas pretas;

- *Auxiliar de Refrigeração*: 03 (três) jalecos de mangas curtas e bolsos frontais, em brim, 02 (duas) calças compridas tipo jeans e 02 (dois) pares de botas pretas.

18.3.61- Utilizar na prestação dos serviços mão de obra qualificada, selecionando e preparando rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando profissionais com funções devidamente registradas em suas carteiras de trabalho ou outro documento equivalente.

18.3.62- Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, cumprindo os postulados legais de âmbito federal, estadual e municipal, e as normas internas de segurança e medicina do trabalho.

18.3.63- Dispor de plano de contingência e de todos os recursos necessários à manutenção dos postos de trabalho sempre guarnecidos, inclusive em situações atípicas, tais como as de greve de seus empregados, anormalidade de funcionamento dos meios públicos de transportes, ou quaisquer outras, de modo a garantir a plena operacionalidade da execução dos serviços, sem quaisquer ônus adicionais para o Contratante.

18.3.64- No caso da falta de algum funcionário, a Contratada deverá comunicar ao Contratante, e providenciar a sua substituição em, no máximo 03 (três) horas, por funcionário de mesma qualificação profissional, sob pena de desconto do valor correspondente às faltas, nos documentos fiscais mensais a serem pagos à Contratada.

18.3.65- Caso a substituição do(s) empregado(s) faltoso(s) não seja providenciada pela Contratada, a(s) ausência(s) será(ão) anotada(s) pelo Contratante, que procederá o desconto do valor correspondente no documento fiscal a ser pago, sem prejuízo das penalidades previstas no Contrato, **conforme tabelas 1 e 2 constante do item 7 do Termo de Referência.**

18.3.66- Disponibilizar todos os equipamentos de proteção individual - EPI's, necessários ao bom desenvolvimento das tarefas, com a devida segurança, concernentes a cada profissional em suas áreas distintas, bem como o treinamento adequado para utilização dos mesmos. O Contratante poderá paralisar os serviços, enquanto tais empregados não estiverem protegidos, sendo o ônus dessa paralisação inteiramente de responsabilidade da Contratada;

18.3.67- O quantitativo mínimo por ano de EPI's e as especificações por categoria profissional estão discriminados a seguir e listados **no Anexo II.4:**

Mecânico de Refrigeração:

- Capa de chuva em PVC, na cor amarela, com capuz e protetor auricular (01);
- Capacete de segurança tipo jockey em polietileno de alta densidade ou em ABS de alto impacto, com aba frontal, reforço na copa, carneira, acoplamento para protetores faciais e auditivos, catraca giratória e jugular (01);
- Óculos de segurança, constituído de armação e visor em única peça em policarbonato incolor e dotado de proteção lateral com ventilação, hastes tipo espátula e proteção contra raios ultravioletas, de acordo com norma NR-6 e com certificado do Ministério do Trabalho (01);
- Par de botas de borracha (01);
- Par de luvas de algodão quatro fios pigmentados (c/ travas) em borracha, cano curto (05);
- Par de luvas nitrílicas (05);
- Protetor auricular tipo concha atenuação de até 85 db por 8(oito) horas (01) ;
- Protetor auricular tipo plug (02);
- Respirador descartável (04)

Auxiliar de Refrigeração:

- Avental de PVC (01);
- Capa de chuva em PVC, na cor amarela, com capuz e protetor auricular (01);
- Capacete de segurança tipo jockey em polietileno de alta densidade ou em ABS de alto impacto, com aba frontal, reforço na copa, carneira, acoplamento para protetores faciais e auditivos, catraca giratória e jugular (01);



- Óculos de segurança, constituído de armação e visor em única peça em policarbonato incolor e dotado de proteção lateral com ventilação, hastes tipo espátula e proteção contra raios ultravioletas, de acordo com norma NR-6 e com certificado do Ministério do Trabalho (01);
- Par de botas de borracha (01);
- Par de luvas de algodão quatro fios pigmentados (c/ travas) em borracha, cano curto (05);
- Par de luvas nitrílicas (05);
- Protetor auricular tipo plug (02);
- Respirador descartável (04)

Eletrotécnico:

- Capa de chuva em PVC, na cor amarela, com capuz e protetor auricular (01);
- Capacete de segurança tipo jockey em polietileno de alta densidade ou em ABS de alto impacto, com aba frontal, reforço na copa, carneira, acoplamento para protetores faciais e auditivos, catraca giratória e jugular (01);
- Cinto de segurança tipo paraquedista com dois talabartes (01);
- Máscara para produtos químicos (01);
- Óculos de segurança, constituído de armação e visor em única peça em policarbonato incolor e dotado de proteção lateral com ventilação, hastes tipo espátula e proteção contra raios ultravioletas, de acordo com norma NR-6 e com certificado do Ministério do Trabalho (01);
- Par de botas de borracha com isolamento para média tensão
- conforme NR10 (01);
- Par de luvas de algodão quatro fios pigmentados (c/ travas) em borracha, cano curto (04);
- Par de luvas de borracha isolante de alta tensão classe 00 - 2,5 KV (01)
- Par de luvas nitrílicas (04);
- Protetor auricular tipo concha atenuação de até 85 db por 8(oito) horas (01) ;
- Protetor auricular tipo plug (02);
- Respirador descartável (04)

18.3.68- Instruir os seus empregados quanto às orientações para prevenção de incêndio nas dependências do CCJF.

18.3.69- Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo CCJF, cujas reclamações se obriga a atender prontamente.

18.3.70- Diligenciar para que seus empregados tratem com urbanidade as autoridades, os funcionários, os visitantes e os demais contratados, podendo o Contratante solicitar substituição daqueles cuja conduta seja julgada inconveniente, o que será prontamente atendido pela Contratada.

18.3.71- A Contratada deverá pagar em dia seus empregados, e, obrigatoriamente, respeitar e atender todos os benefícios, inclusive salários não inferiores aos pisos das categorias dos respectivos profissionais, pactuados na Convenção Coletiva firmada pelo Sindicato representativo da categoria profissional (**SINTRAINDISTAL/ RJ 2017/2018**), vigente na data prevista para a abertura desta licitação.

18.3.72- Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como as suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização por parte do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas no Contrato.

18.3.73- Manter sediados nas dependências do Contratante, durante os turnos de trabalho, empregados capazes de tomar decisões compatíveis com a garantia de cumprimento dos compromissos assumidos.

18.3.74- Reparar, ou na impossibilidade indenizar, quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução do Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento ou da garantia oferecida, a critério do Contratante, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

18.3.75 - Comprovação de registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras, gerenciado pelo IBAMA, nos termos da Instrução Normativa nº 37, de 29 de junho de 2004, se for o caso, à vista do teor do artigo 9º, § 1º da Resolução Conama nº 267, de 14 de setembro de 2000.

18.3.76 - Autorização emitida pelo IBAMA, em nome da empresa mantenedora, que a mesma está apta a manusear gases refrigerantes;

19 - DA FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO CONTRATO

19.1 – O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

19.2 – Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

19.2.1 – Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

19.2.2 – Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

19.2.3 – Acompanhar e aprovar os serviços executados.



19.3 – A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

19.4 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato, conforme solicitado pela fiscalização:

19.4.1 - Extratos de Informações Previdenciárias e de depósitos do Fundo de Garantia e Tempo de Serviço – FGTS de seus empregados, bem como quaisquer outros documentos que possam comprovar a regularidade previdenciária e fiscal da Contratada;

19.4.2 - Cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador o Órgão ou Unidade contratante; cópia do(s) contracheque(s) assinado(s) pelo(s) empregado(s) de qualquer mês da prestação dos serviços ou ainda dos respectivos comprovantes de depósitos bancários;

19.4.3 - Os comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale transporte, auxílio alimentação, etc.), a que estiver obrigada por força de lei ou de convenção ou acordo coletivo de trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado;

19.4.4- Os comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem previstos em lei;

19.4.5 - Outros documentos que comprovem a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Contratada.

19.5 - A Contratada deverá fornecer, para fins de fiscalização pelo Contratante no início e no término da execução contratual, ou em caso de admissão/demissão de empregados:

19.5.1 - No primeiro mês da prestação dos serviços:

19.5.1.1 - Até 1 (um) dia útil antes do início dos trabalhos, relação nominal dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, RG e CPF;

19.5.1.2 - Em nenhuma hipótese será permitido o acesso às dependências do CCJF de empregados não inclusos na relação;

19.5.1.3 - Qualquer alteração referente a esta relação deverá ser imediatamente comunicada à fiscalização;

19.6 - Até 15 (quinze) dias, após o início da prestação dos serviços, ou após a admissão de novo empregado, a Contratada deverá apresentar cópias autenticadas em cartório ou cópias simples acompanhadas dos originais das CTPS dos empregados admitidos para a execução dos serviços, devidamente assinadas, e dos exames médicos admissionais dos empregados da Contratada.

19.7 - Até 10 (dez) dias após o último mês de prestação dos serviços (extinção ou rescisão do contrato), em relação aos empregados que forem demitidos, ou após a demissão de qualquer empregado durante a execução do contrato, a Contratada deverá apresentar a documentação adicional abaixo relacionada, acompanhada de cópias autenticadas em cartório ou de cópias simples acompanhadas de originais:

19.7.1 - Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

19.7.2 - Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às

rescisões contratuais;

19.7.3 - Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado demitido;

19.7.4- A Contratada está obrigada a oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sempre que solicitado pela fiscalização;

19.7.5 - Verificadas inconsistências ou dúvidas na documentação entregue, a Contratada terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, contados a partir do recebimento de diligência da fiscalização, para prestar os esclarecimentos cabíveis, formal e documentalmente;

19.7.6 - O descumprimento reiterado das disposições acima e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais;

20 - DAS SANÇÕES

20.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 20.1.1. apresentar documentação falsa;
- 20.1.2. fraudar a execução do contrato;
- 20.1.3. comportar-se de modo inidôneo;
- 20.1.4. cometer fraude fiscal;
- 20.1.5. fizer declaração falsa;
- 20.1.6. não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- 20.1.7. não manter a proposta.

20.2. Para os fins do item 20.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

20.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato, de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a contratada poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas definidas nos itens "20.4", "20.5", "20.6", e nas tabelas 1 e 2 do item 7.3 do Termo de Referência, com as seguintes penalidades:

- 20.3.1. advertência;
- 20.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), por prazo não superior a dois anos;



20.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

20.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até cinco anos.

20.4. No caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA fica sujeita à aplicação de multa de até 20% do valor do contrato.

20.5. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.6. Configurar-se-á o retardamento da execução quando a CONTRATADA:

20.6.1. Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço; ou

20.6.2. Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

20.7. No caso do cometimento das infrações elencadas nos subitens 20.6.1 e 20.6.2 acima, a contratada poderá ser sancionada com multa de até 5% do contrato.

20.8. A falha na execução do contrato estará configurada quando a CONTRATADA enquadrar-se em pelo menos uma das situações previstas na **tabela 2** constante **item 7.3 do Anexo I - Termo de Referência**, respeitada a graduação de infrações conforme **tabela 1 do item 7.3 do Anexo I - Termo de Referência**, e alcançar o total de 20 (vinte) pontos, cumulativamente.

20.9. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA:

20.9.1. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual.

20.9.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

20.9.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

20.9.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do CONTRATANTE.

20.9.5. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas no contrato, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da



Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

20.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições da Portaria TRF2-PTP-2017/00110, de 15/03/2017.

20.11 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

21.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sites: **www.trf2.gov.br**, opção "**Licitações e Contas / Licitações em andamento**", e **www.comprasnet.gov.br**, opção "**visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos**", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;

21.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

21.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

21.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;

21.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.

21.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;

21.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, sexta-feira, 24 de novembro de 2017.

Francisco Luís Duarte

Pregoeiro